



書名:	《環境管理》
Título:	Ambiente - A Gestão da Desordem
出版語言:	葡文
Edição:	Portuguesa
作者:	Manuel Leal-Henriques
Autor:	Manuel Leal-Henriques
出版:	法律及司法培訓中心
Editor:	Centro de Formação Jurídica e Judiciária
封面:	作者
Capa:	do Autor
排版及印刷:	印務局
Composição e impressão:	Imprensa Oficial
發行量:	500 本
Tiragem:	500 exemplares
出版日期:	2005 年 12 月
Data de edição:	Dezembro de 2005
國際書號:	
ISBN:	99937-828-3-1

NOTA PREAMBULAR

O Centro de Formação Jurídica e Judiciária da RAEM, na execução do *Programa de Cooperação Jurídica entre a União Europeia e Macau*, e no âmbito das realizações para o ano de 2003, convidou-me para dirigir um Seminário sobre “*Direito do Ambiente*”, o que veio a concretizar-se entre 6 e 15 do mês de Janeiro desse ano.

Do que então expus nesse evento ficou um texto onde resumidamente alinhei algumas notas sobre a temática e a que agora o Centro decidiu dar publicidade.

Esse texto, escrito em finais de 2002, reflecte necessariamente o panorama ambiental da época – e mesmo assim de forma breve e incompleta —, pelo que a sua leitura não dispensa obviamente o recurso a outros textos sobre a matéria e as actualizações que a evolução dos tempos entretanto ditou.

No entanto, cuido que estas notas mantêm o seu valimento, não só como repositório, ainda que sucinto, dos passos mais relevantes dados pelos Povos em matéria de ambiente – os bons e os maus passos –, mas também como testemunho – mais um – do que o Centro de Formação vem implementando no âmbito da formação e divulgação de temas que interessam à comunidade local.

Macau, Janeiro de 2005

LEAL - HENRIQUES

ÍNDICE

I PARTE

TEXTO EXPOSITIVO

1. IDEIAS GERAIS	3
1.1. Porquê o “Ambiente”?	3
1.2. Esboço da temática	5
1.3. O massacre ambiental	12
1.4. Direito ao ambiente ou Direito do ambiente	33
2. AMBIENTE – Como vai o Mundo...	37
2.1. Nível global	37
2.2. Nível comunitário	62
2.2.1. <i>Direito comunitário constitucionalizado</i>	62
2.2.2. <i>Direito comunitário derivado</i>	68
2.2.3. <i>Órgãos de execução</i>	71
3. PORTUGAL – Que Desafios?	77
3.1. Inserção	77
3.2. Instrumentos de tutela	78
3.2.1. <i>Tutela legislativa constitucional</i>	78
3.2.2. <i>Tutela legislativa não constitucional</i>	83
3.2.2.1. Tutela legislativa estrutural	83
3.2.2.2. Tutela legislativa administrativa	86

3.2.2.3.	Tutela legislativa civil	90
3.2.2.4.	Tutela legislativa penal	94
3.2.3.	<i>Tutela organizacional</i>	96
3.2.4.	<i>Tutela jurisprudencial</i>	101
4.	<i>MACAU - O Passado e o Presente</i>	109
4.1.	Antecedentes	109
4.2.	O panorama actual	131
4.3.	O Direito Penal do Ambiente	141
4.3.1.	<i>Enquadramento</i>	141
4.3.2.	<i>O direito legislado</i>	146
4.3.3.	<i>Outras intervenções legislativas</i>	159

II PARTE

INSTRUMENTOS NORMATIVOS

1.	Declaração de Estocolmo (1972)	167
2.	Convenção Para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (Paris, 1972)	177
3.	Convenção de Viena Para a Protecção da Camada de Ozono (1985)	199
4.	Protocolo de Montreal Sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono (1987)	227
5.	1.^a Emenda ao Protocolo de Montreal Sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono (Londres, 1990)	247

6. 2.^a Emenda ao Protocolo de Montreal Sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono (Copenhaga, 1992)	273
7. Declaração do Rio Sobre Ambiente e Desenvolvimento (1992)	289
8. Convenção Sobre a Diversidade Biológica (Rio de Janeiro, 1992)	297
9. Convenção/Quadro das Nações Unidas Sobre Alterações Climáticas (Nova Iorque 1992)	357
10. Protocolo de Quioto à Convenção/Quadro das Nações Unidas Sobre Alterações Climáticas (1997)	381
11. Carta da Terra (Texto Final de 2002 – Benchmark draft II) ...	419
12. Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável (2002)	433